

Os teólogos ortodoxos tendem a ver no pouco interesse da teologia ocidental pela Terceira Pessoa da Santíssima Trindade uma consequência da doutrina da processão *ab utroque*, que, reduzindo, na esteira de Santo Agostinho, o Espírito Santo a um mero nexos amoroso entre a pessoa do Padre e a do Filho, o minimizaria, retirando-lhe na prática o caráter de Hipóstase autónoma da Tríada. Não nos parece absolutamente líquido que exista necessariamente tal nexos entre o *Filioque* e o caráter mais “lógico” que “pneumático” da teologia ocidental; mas há que reconhecer que, tanto na sua vertente católica como na protestante, esta confere demasiado pouca importância ao Espírito Santo como alma que é da Igreja e vínculo da Tradição.

Quer-nos parecer que é em virtude dessa pecha atávica que D. Jerónimo Osório não consegue ir mais longe na sua refutação dos pressupostos protestantes das afirmações de Walter Haddon.

Mas, como gostavam de dizer os cronistas muçulmanos, *wa 'Llâhu a'lamu bi'ç-çawâb*, “Deus é que o sabe ao certo”...

SILVA, Hugo Ribeiro da

*O Clero Catedralício Português e os Equilíbrios Sociais do Poder (1564-1670)*

Lisboa: CEHR-UCP, 2013. 291 p. ISBN: 978-972-8361-49-5.

ERNESTO ALVES JANA

A obra, dada à estampa em 2013, apresenta-se ao leitor com um bom aspeto gráfico ostentando uma mancha agradável, que propicia à leitura. A tiragem de 300 exemplares tornará dentro de pouco tempo esta obra inacessível se bem que o assunto, por muito específico, pareça atrair poucos leitores. Tal não corresponderá à realidade dado que o período estudado corresponde às maiores alterações ocorridas no clero português. O autor publicara em 2011, a págs. 77-94 no tomo XXIII da revista *Lusitania Sacra*, um texto intitulado “Os cabidos catedralícios portugueses em tempo de mudança (1564-1670)”, afinal, uma abordagem do que viria a ser a presente obra resultante de provas de doutoramento concluídas em 2010. Hugo R. da Silva chama desde logo a atenção para a forma como tem sido visto o problema, dado que a questão é polidrica, com vários focos de observação. As atenções estão demasiado centradas na Inquisição, afinal, o lado repressivo e mais visível da Reforma. O autor impôs como limites de estudo o ano em que terminou o concílio tridentino e o ano que marcou o fim da Guerra da Aclamação, isto é, 1564 e 1670. Na primeira parte da obra, Hugo Silva analisou o impacto da reforma nos cabidos catedralícios percebendo que esta foi realizada com as suas colaborações. O autor mostra como o poder catedralício assentava na sua atividade religiosa em que o cerimonial praticado mostrava o poder que emanava do clero. Mas o inverso estava igualmente a acontecer com o facto de a autoridade eclesiástica ser mais aparente do que

real levando a alterações no comportamento social. O Concílio de Trento tenta por travão a estas alterações através de mudanças comportamentais dos sacerdotes quer ao nível dos trajes quer nas posturas adotadas em público. Também se começa a obrigar os prebendados dos cabidos a serem sacerdotes embora nesta altura de transição, os prebendados que não fossem ordenados tivessem até um ano para serem possuidores do grau sacerdotal. Os normativos aprovados no concílio de Trento obrigarão a uma maior disciplina que se apoiará na centralização dos poderes nos bispos diocesanos que os delegarão nos vigários-gerais. É dado ainda relevo à produção legislativa do episcopado diocesano, obviamente suportada nas respetivas constituições diocesanas. E a legislação diocesana tornava-se importante, pois regulamentava a vida religiosa dos fiéis. A estas novas determinações vai o clero opor-se numa fase inicial. Verificando que as mudanças que se avizinham são realmente para implementar, o clero capitular opta por negociar um conjunto de alterações para depois se adaptar aos novos ventos de mudança. O autor chama a atenção para um pormenor interessante e nada despiciente e que é o governo das dioceses quando estas estão vacantes. É nesta altura que os cabidos voltam a ter enorme protagonismo. E o período de sede vacante poderia acabar por ser um período de tempo bastante generoso. São precisamente os equilíbrios de poder no cabido catedralício o objeto da segunda parte deste estudo. Aqui, Hugo Ribeiro da Silva enuncia a quem competia a nomeação dos beneficiados: se num primeiro momento tal era da responsabilidade do bispo e/ou cabido, assistir-se-á no séc. XVI à entrada de um novo protagonista, o monarca. Os bispos consideram-se uma emanção do poder, pelo que poderão prover beneficiados nas suas dioceses; todavia, partilhar esse poder com os cabidos origina, não raro, uma série de querelas. Os critérios de escolha não eram transparentes e parecem depender da vontade da entidade proponente, ou seja, o prelado. Já as escolhas do cabido (pelo menos no tocante à diocese de Coimbra) tinham alguns procedimentos conhecidos. A governação joanina ficou marcada por um conjunto de reformas que, em última análise, reforça a influência e intervenção régia nas dioceses. Apesar ou em complemento da influência régia, o provimento dos benefícios efetuava-se através de uma cultura em que vigorava, como o autor bem salienta, o serviço que depois era premiado pela autoridade régia ou eclesiástica. Só havia alguém que por muito que o merecesse era automaticamente excluído: o cristão-novo. A última parte deste estudo apresenta-nos uma realidade comum às várias áreas de intervenção do ser humano e que também é mensurável no que concerne aos cabidos catedralícios e que pode ser corretamente descrita como jogos de poder. A simbólica usada pelos cabidos indicia a que grupo os seus membros pertencem e pode ser observada como parte de um complexo ritual. Esta simbólica é observável quer nos gestos quer nas roupas e bem assim nas várias cerimónias. Observando o poder que emanava deste conjunto de rituais, os padres conciliares em Trento entenderam proceder a modificações. Um fator importante a ter em conta é a pressão crescente que a Coroa vai tendo, de uma maneira geral, em todo o clero ao começar a exigir pagamento de impostos, o que originará novas querelas entre a Igreja e a Coroa.